

060ª SESSÃO ORDINÁRIA – 27JUN2012

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra em Tempo Especial.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente; colegas Vereadores e Vereadoras; senhoras e senhores que nos assistem, prezados visitantes, eu tive a satisfação de, na última quinta-feira e sexta-feira, dias 21 e 22, participar, representando esta Casa, da Rio+20, em um grande debate que houve a respeito do grande problema que o planeta enfrenta, que é a poluição, e a autodestruição dos recursos naturais. Fui participar do evento em um debate promovido pelo Governo Federal chamado Diálogos Federativos, para o qual vimos construindo uma participação do Conselho Nacional das Cidades, evento em que falei representando o Conselho Nacional das Cidades. O debate foi no último dia da Rio+20, cujo título era Quais as Ações e as Agendas Necessárias a Serem Desenvolvidas Pós-Rio+20.

Primeiro, quero fazer um registro discordando do que a grande imprensa divulgou, de que a Rio+20 estava sendo um fracasso. Primeiro, criar um documento com a presença de 100 países à Mesa, 100 Chefes de Estado ou suas representações onde haja consenso, Ver. João Antonio Dib, não é nada fácil.

Segundo, o mundo estava olhando para um evento no Rio de Janeiro, e tive o prazer de participar de alguns debates. Lá estavam representações de diversos países do mundo, estavam empresários, estavam ONGs, estavam universidades, estavam os movimentos sociais, com um clima e uma disposição para tratarem, seja de temas referentes a diretrizes de proteção do Planeta, seja de temas relativos ao desenvolvimento tecnológico. Tive o prazer de, por exemplo, no que diz respeito à indústria automobilística, presenciar a apresentação de ônibus elétricos, de carros elétricos desenvolvidos inclusive pelo Brasil. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos está desenvolvendo um pequeno carro elétrico para ser usado em todo o território nacional; os

japoneses, com a tecnologia avançadíssima, com os carros que já estão sendo usados no Japão. A construção de cidades completas, as chamadas cidades inteligentes, onde há uso da energia solar, uso da energia eólica, onde há o reaproveitamento das águas, há o reaproveitamento do lixo.

Ressalto que eu já tinha levantado um questionamento e saí da Rio+20 convencido de que o movimento que Porto Alegre está fazendo em relação ao lixo – de queimar o lixo em usinas para transformar em energia elétrica – é equivocado. Porque o movimento do mundo todo em relação aos resíduos sólidos e orgânicos é no sentido de reaproveitá-los, recolocá-los na cadeia produtiva, na reindustrialização e no processamento. Portanto, quero trazer essa observação e esse questionamento que faço aqui, de uma política que diz respeito a Porto Alegre e que neste momento apresenta, Ver. Elói Guimarães, a possibilidade de criar uma usina para a queima do lixo e transformação em energia elétrica. É importante transformar em energia, mas a queima não é uma solução das mais inteligentes.

Portanto, a nossa participação na Rio+20 se deu num debate, e a grande agenda que defendemos lá, que o Ministério das Cidades está construindo, e nós do Conselho Nacional, é instituir no Brasil um sistema nacional de desenvolvimento urbano, que envolva a União – que já está propondo isso –, os Estados e os Municípios.

Então, essa agenda nacional de desenvolvimento urbano é uma tarefa que nós temos que desenvolver após a Rio+20, porque as cidades não têm condições de enfrentar todos os problemas, principalmente das agendas positivas que temos que construir se não houver um sistema nacional de desenvolvimento urbano e um compromisso republicano da União, dos Estados e dos Municípios, da sociedade civil, do setor industrial, das ONGs e das universidades. Portanto, contribuimos com esse debate, e venho aqui fazer a prestação de contas da nossa participação nesse processo da Rio+20. Um grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Beto Moesch está com a palavra em Tempo Especial.

O SR. BETO MOESCH: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; vários Vereadores me perguntaram como foi a Rio+20, e aproveito para expor. Com relação à Rio+20, quero aqui, mais uma vez, agradecer a Câmara por ter podido representá-la nos oito ou nove dias em que lá estivemos. Participei também da Eco-92, e, na época, estava na Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, e foi, Ver. Dib, uma experiência que só quem realmente participa tem a noção da importância desse tema, independentemente do sucesso ou não do que foi consensuado pela cúpula, pelos chefes de Estado. Num evento desses, existem os chamados eventos paralelos que, quando concluídos, o que neles foi debatido, o que foi concluído, é levado para a cúpula. Por exemplo, participei de um curso em uma das paralelas da Rio+20, que é o Encontro Mundial dos Juristas para a Rio+20, organizado pelo Paulo Affonso Leme Machado e pelo Michel Prieur, francês. Ali estavam juristas do mundo inteiro discutindo o que se alcançou com relação ao Direito Ambiental até hoje, e quais as perspectivas do Direito Ambiental daqui para frente. Quero já ressaltar o seguinte: mesmo não tendo nenhum debate daquele curso de três dias, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro sobre o Código Florestal, todos os juristas brasileiros deram como exemplo de retrocesso do direito ambiental brasileiro a alteração do Código Florestal. Todos os juristas! Nos três dias de encontro! E nesse encontro o que é que se falou? Não havia, Ver.^a Fernanda, a expectativa de avanços, mas de evitar o retrocesso em nível mundial, porque na Eco-92, sim, nós tivemos um grande avanço; a partir da Eco-92. E durante a Rio+20 o temor foi que pudesse ocorrer algum retrocesso. E um deles foi ilustrado: a alteração do Código Florestal Brasileiro.

Paralelamente a esse encontro, houve também um outro organizado pelo Ministro do STJ, Antonio Herman Benjamin, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em que vários temas foram tratados. Numa manhã, se discutiu especificamente o Código Florestal Brasileiro. E também, na unanimidade dos juristas que estavam lá, cientistas, arquitetos, mostraram e provaram o retrocesso que foi – e é – a alteração do Código Florestal Brasileiro, sendo inclusive um mau exemplo do País para o mundo. O País que estava sediando

o maior encontro de meio ambiente jamais poderia apresentar retrocessos, e sim, apenas avanços.

Se por um lado não se conseguiu vislumbrar nenhum avanço na Rio+20 com relação à cúpula, essas paralelas mostraram e apresentaram avanços. A que mais chamou a atenção foi justamente a das grandes metrópoles, o chamado Grupo C40, que reúne as grandes metrópoles do mundo, presidido hoje por Nova Iorque. E isso impressionou o mundo: como essas grandes metrópoles estão justamente avançando na temática ambiental. Apresentaram propostas objetivas da redução da emissão de CO₂. Como? Mais transporte coletivo, mais bicicletas, mais proteção da vegetação remanescente no seu território, combustíveis mais limpos como o biodiesel no lugar do petróleo, e assim por diante. Então, o grupo chamado C40, das grandes metrópoles do mundo, na realidade, digamos assim, quase roubaram a cena dos chefes de estados, porque apresentaram uma proposta – ou várias propostas – muito objetivas nesse sentido, inclusive ressaltando São Paulo e Rio de Janeiro.

Para vocês terem uma ideia, o Rio de Janeiro tem quase 50% do seu território totalmente protegido com mata atlântica, e mais partes surgem para consolidar essa proteção. Também as grandes empresas apresentaram qual vai ser o cenário das empresas para o ano de 2050. Portanto, toda empresa hoje, no Brasil, passa a ter uma diretriz de trabalho buscando a sustentabilidade de suas atividades.

Em outro encontro, o dos Ministros de Economia e Finanças de todo o mundo, todos foram unânimes ao dizer que devemos tributar mais o CO₂, o combustível fóssil, e que temos que tributar menos os combustíveis mais limpos, a própria energia solar, a eólica, e assim por diante.

Então, essa é, em síntese, a conclusão da viagem. Portanto, temos um desafio muito grande nesta Câmara de Vereadores para tentar colocar essa experiência na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO PINHEIRO: Ver. Carlos Todeschini, que preside a nossa Sessão; Vereadoras, Vereadores, público das galerias, público que nos assiste, Ver. João Antonio Dib, quero fazer um elogio hoje ao Governo, à política inovadora da Prefeitura, Ver. Tessaro, pois o Prefeito desta Cidade está preocupado com a Saúde, mas não com a saúde pública, e sim com a saúde daqueles que são mais ligados ao Governo, Ver.^a Fernanda. Talvez seja porque nós temos visto, nos noticiários, pessoas dormindo na frente dos postos de saúde para conseguir uma ficha, pessoas que ficam três horas e chegam a ser presas, porque querem ser atendidas nos hospitais.

O Prefeito inovou na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Ver. Valter. Inovou, porque no dia 21 de janeiro de 2008, se reuniram, Ver. Tessaro, o Conselho da PROCEMPA, junto com o seu Presidente – e o senhor era conselheiro, Ver. Tessaro, mas parece que não foi convidado, porque a sua assinatura não está aqui na ata –, o Sr. Clóvis Garcez Magalhães, o Flávio Ferreira Presser, o Mário Fernando dos Santos Monks, o André Imar. E o Nelcir Tessaro não – acho que o senhor não é muito amigo do Prefeito, o senhor não foi convidado, porque esses assinaram e concederam aos conselheiros a possibilidade de usar o plano de saúde da PROCEMPA, e continuam usando até hoje, até aqueles que já foram embora do Governo. O Prefeito está preocupado com os seus Secretários, que têm de ter um bom plano de saúde. Inclusive, o Sr. Clóvis Magalhães já não faz mais parte da Prefeitura, desde 2010, Ver. Tessaro, continua usando o plano de saúde; mas não só ele, Ver. João Antonio Dib: ele, a esposa, os dois filhos – a “mãe” PROCEMPA paga para todo mundo! Tem bastante recurso, por isso talvez falte recurso para o senhor e para a senhora, que estão assistindo em casa e, quando vão ao posto de saúde, não tem médico! O Prefeito está preocupado com os seus Secretários, com os conselheiros, estes possuem plano de saúde Unimed, que custa em torno de R\$ 750,00 por pessoa.

Tem mais: tem uma lista aqui, Ver. João Antonio Dib. Ver.^a Fernanda, talvez seja por isso que faz mais de seis meses que a senhora fez um PI e não o responderam. Não poderiam responder mesmo! Eu também tenho um PI e não foi respondido, Ver. Tessaro.

Nós temos aqui: Urbano Schmitt usa o plano de saúde, com mais dois dependentes; Marcelo Villas Boas dos Santos usa o plano de saúde da PROCEMPA; Cláudio Antônio Manfroi usa o plano de saúde da PROCEMPA. Estes não têm problema de fila, têm um bom plano de saúde, talvez eles não saibam o quanto é difícil – o senhor e a senhora que nos assistem – a fila lá na Santa Rosa, no Rubem Berta, para ter-se um atendimento médico. O Prefeito está preocupado – não com o senhor e com a senhora – com os seus Secretários, com seus homens de confiança. O Sr. José Carlos Brack, ex-presidente do PTB, também tem um bom plano de saúde, pode ficar tranquilo; o Everton Gomes Braz, o Leão de Medeiros... Sr. José Mauro Peixoto, conhecem? Conhece, Ver. Dib? Assessor do Prefeito José Fortunati, tem um bom plano de saúde; o dele é completo, porque ele tem mais seis dependentes: mulher, filhos, neto – tudo pago pela PROCEMPA.

Então, a PROCEMPA está gerindo um bom plano de saúde para os seus Secretários, e, assim, eles não perdem tempo em filas, esperando, e têm bom atendimento. Gostaria que todo o cidadão tivesse o mesmo atendimento, que não tivesse que esperar 13 horas, dormir na fila para ser atendido. Parece que o Prefeito está preocupado com a saúde dos seus assessores diretos, e não com a do Município de Porto Alegre.

O Sr. Clóvis Magalhães, por exemplo, está desde 2010 fora da Prefeitura, mas continua tendo plano de saúde pago pela PROCEMPA, e são quatro pessoas: ele, mais a esposa e filhos. Isso, somando, deve dar mais de R\$ 200 mil de economia no bolso dos assessores.

Então, é importante ligar e pedir, Dr. Dib, e para mandarem também a resposta ao Pedido de Informações que a Ver.^a Fernanda fez há mais de seis meses; eu fiz um Pedido de Informações que não foi respondido também, Ver. Tessaro. E o senhor não deve ser bem relacionado, porque o senhor nem foi convidado para assinar a ata, Ver. Tessaro. Parece que o senhor faltou no dia e não ganhou plano de saúde! Por isso que V. Exa. não tem plano de saúde pago pela PROCEMPA.

A PROCEMPA, em várias ocasiões, quase todos os dias, tem uma denúncia contra ela: no caso Ronaldinho, são R\$ 382 mil de que não conseguem prestar contas; nas festas, nos eventos que a PROCEMPA paga para a Prefeitura...

Então, acho que está na hora de o Prefeito Municipal tomar pulso da situação em Porto Alegre, ou é porque ele não tem gestão, ou não sabe o que acontece na “mãe” PROCEMPA, ou ele é conivente com a situação.

Espero que o Prefeito José Fortunati tome uma medida séria, drástica, e, no mínimo, chame o Diretor da PROCEMPA, peça para ele prestar contas. Como ele não vai conseguir, está na hora de substituir e colocar alguém que, realmente, seja sério. Não dá mais para conviver com a instituição, com a empresa pública PROCEMPA do jeito em que está! Há denúncias de todos os lados, e esta é demais; é dinheiro público, e o senhor e a senhora que estão em casa, que enfrentam filas para conseguir um médico, basta ser um Secretário ou conselheiro do Prefeito José Fortunati para ter um bom plano de saúde e não precisará mais entrar em filas! Basta ser amigo da PROCEMPA e do Prefeito que estarão resolvidos os problemas de saúde em Porto Alegre. É só botar toda a população, Ver. Tarciso – aquelas crianças que tu conheces, lá da periferia... Talvez pudessem fazer plano de saúde para todo mundo, o que resolveria o problema da Saúde! Mas não, são só os amigos da “mãe” PROCEMPA.

Prefeito Fortunati, está na hora de tomar uma atitude e trocar o Diretor da PROCEMPA. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Apegoo o Memorando nº 10, do Gabinete do Ver. Mario Manfro à Presidência, Ver. Mauro Zacher (Lê.): “Sr. Presidente, venho por meio deste solicitar a troca da indicação do PSDB para membro da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Porto Alegre destinada a apurar os fatos relacionados à parceria estabelecida entre a Prefeitura e o Instituto Ronaldinho Gaúcho. A partir de 28 de junho, o Ver. Mario Manfro assume esta atividade. Desde já, grato pela atenção.”

O SR. VALTER NAGELSTEIN: A primeira questão é a seguinte, Ver. Carlos Todeschini: o Presidente, Ver. Mauro Zacher, vai reassumir os trabalhos?

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): Sim, Vereador.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Obrigado. Eu só quero fazer um esclarecimento aqui, porque foram citados os Secretários Municipais. Eu fui Secretário até dois meses atrás, quando assumi meu mandato – citado na fala do Ver. Mauro Pinheiro. Eu não tenho plano de saúde da PROCEMPA, eu sou optante, não tenho plano de saúde pela Câmara de Vereadores, e o plano de saúde que tenho não diz respeito a nada disso; não tive como Secretário da SMIC, e a Prefeitura Municipal nunca pagou, nem a Câmara de Vereadores nunca pagou plano de saúde para este Vereador. Muito obrigado.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Ver. Carlos Todeschini; Ver. Valter, se o senhor entendeu, foi de forma errada. Não citei o seu nome como tendo plano de saúde. Os Secretários que têm planos de saúde, eu citei os nomes, mas não citei o de V. Exa.; se o senhor entendeu assim, peço desculpas, mas não foi isso que eu falei. Muito obrigado.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Para registro, para que a população não se equivocar, ou ser mal informada, a Câmara de Vereadores não paga plano de saúde para os Vereadores; aqui tem IPERGS para os funcionários da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu preparei-me para falar de um outro assunto, mas quero, a pedido especial do nosso Presidente do PSD metropolitano, o Ver. Nelcir Tessaro, reforçar que ele não sabe do assunto, não assinou absolutamente nada; enfim, o PSD está fora dessa lambança.

Agora, Ver. João Antonio Dib, Ver. Valter Nagelstein, Ver. Idenir Cecchim, Ver. DJ Cassiá, Ver. Elói Guimarães e demais Vereadores da base do Governo, primeiro, é muito grave o assunto que traz aqui o Ver. Mauro Pinheiro. Com certeza, nós todos estaremos unidos para esclarecer essa situação.

Então, Ver. Dr. Thiago, nós estamos às vésperas de uma campanha política. Há eleições pela frente, e nós temos que ter, acima de tudo, responsabilidade. Não vamos alimentar denunciamento. Agora, confirmadas as informações que trouxe aqui o Ver. Mauro Pinheiro, nós não vamos ficar aqui com discussões, nós temos que partir para a prática, nós temos que agir imediatamente. Com todo o respeito, Ver. Mauro Pinheiro, não quero que o senhor me interprete mal, mas eu tenho dúvidas.

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Ver. Valter, o senhor me respeite. Eu indiquei o Zilmir Tartari, que é uma pessoa séria, e eu não estou tomando partido, por enquanto.

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: É diretor, sim, e é um homem sério. É do seu Partido, e eu indiquei. O senhor pare de falar paralelamente. Eu não estou acusando ninguém. Eu inclusive citei o seu nome como sendo um homem sério, que faz parte de um grupo de homens sérios, do qual eu faço parte também. O meu colega Tessaro também não assinou, não autorizou nada, nem tem conhecimento dessas acusações. O senhor está muito acostumado aqui a gritar... por favor!

Eu quero falar de um outro assunto. Hoje foi publicada, no Diário Oficial do Município, Lei da nossa autoria, Projeto hoje sancionado pelo Prefeito, que trata do Acampamento Farroupilha durante a Copa do Mundo e que, felizmente, não teve o mesmo encaminhamento que teve o Veto ao nosso Projeto que trata da estruturação do Parque Temático e da Cultura Gaúcha. Se houvesse tido o mesmo encaminhamento, com certeza aqueles Vereadores que aqui estiveram e que votaram favoravelmente à derrubada do Veto, estariam apoiando como quando apoiaram a derrubada do Veto.

Eu lamento profundamente que a gente tenha tanta dificuldade de fazer algo em defesa da nossa cultura aqui na capital internacional do gaúcho. Quase

todos os estados brasileiros estão com eventos com estrutura bem melhor do que aquelas que temos no Rio Grande do Sul, especialmente em Porto Alegre. Eu lamento que todos os Prefeitos que até aqui chegaram não conseguiram visualizar algo que é inegável que é nosso e que poderiam ter feito mais do que fizeram em defesa da cultura regional gaúcha e do folclore. Não importa se gosta de andar pilchado, se gosta de tomar um chimarrão, se gosta de um fandango, não importa, isso é o de menos. O que importa é que nós não podemos negar que temos uma cultura própria, e estão equivocados todos aqueles que não se somam na busca de defender projetos e ações em defesa da cultura regional gaúcha.

Eu fico a lamentar, por exemplo, Ver. Tarciso, que o clube Grêmio Gaúcho, que fez 114 anos no dia 22 de maio, ali na Rua José de Alencar, esquina com a Rua Bispo Laranjeira, Av. Niterói, Rua Sepé Tiaraju, até hoje sequer tenha sido listado como de interesse cultural. Mas listaram, tombaram outros prédios, outros imóveis que não têm a mínima expressão cultural e histórica se compararmos com aquele Projeto de João Cezimbra Jacques. Bem antes do MTG, bem antes da luta dos meninos do “Julinho”: o Barbosa Lessa, o Paixão Cortes e outros, lá em 1898, pessoas na América do Sul, para garantir a cultura, ou frear a entrada da cultura estrangeira, começaram a criar aqui os grêmios, que se espalharam pela América do Sul. E este aqui, em Porto Alegre, na capital internacional dos gaúchos, está ali, sem a mínima atenção. Quantas vezes já levamos isso ao Executivo e ao próprio Estado? Ninguém nada fez até hoje. Lamento!

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Zacher assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, meus senhores, minhas senhoras, eu às vezes me impressiono, depois devo dizer que me equivoquei. Eu me impressionei

com o início da fala do Ver Mauro Pinheiro. Imaginei que ele tivesse melhorado; não melhorou, não, ele continua o mesmo. Ele sabe que sou torcedor dele, quero que ele fique um excelente Vereador. Em primeiro lugar, ele trouxe uma notícia requentada, ele já falado nisso naquela tribuna ali; em segundo lugar, o fato de pertencer a uma coletividade que tem um plano de saúde... Cada um paga o seu, a PROCEMPA não paga para ninguém. Cada um que participa por esta ou aquela razão paga a sua parte. Aqui na Câmara Municipal, poderá o Vereador acusar a Abecapa. A Abecapa tem um plano de saúde para os servidores da Câmara, mas não é a Câmara que paga; cada servidor que se interessa por ser atendido por aquele plano de saúde pode ir lá e fazer a sua adesão.

Então, aproveitar a tribuna num momento eleitoral para fazer acusações inócuas, infundadas... Nós somos Vereadores, somos homens responsáveis, nós sabemos o que estamos fazendo aqui. Aí, vamos ali e cumprimentamos o Prefeito pela melhoria que está acontecendo na Saúde da Cidade.

Devo dizer que está melhorando, sim, a Saúde da Cidade, apesar do Dr. Lula, apesar da Dra. Dilma, que sistematicamente negaram recursos não só para Porto Alegre, mas para todos os Municípios brasileiros. Quando a Emenda Constitucional decretava 10% da arrecadação tributária da União, eles resolveram, comodamente, lá no Senado, por 4%. Eu já disse aqui – já mostrei com números, já provei – que, a partir do momento Lula, na Saúde, os recursos para Porto Alegre diminuíram, e diminuíram enormemente.

E os Prefeitos continuaram fazendo melhorias. Na segunda-feira, eu trouxe a esta tribuna o número de leitos acrescidos às UTIs sem que o Presidente Lula ou a Presidenta Dilma tenham patrocinado qualquer coisa. Ao contrário, tiraram dinheiro desde que o Lula assumiu. Fernando Henrique, no último ano, mandou R\$ 307 milhões. Lula, no primeiro ano, apesar da inflação que era corrigida pelo IGPM, mandou R\$ 251 milhões. É parecido! Mas, mesmo assim, Porto Alegre continua atendendo melhor na Saúde: aumentaram o número de postos de saúde, aumentaram o número de atendimentos, e agora, leitos de UTI e leitos hospitalares.

Acho que o Ver. Mauro Pinheiro realmente não estava inspirado. Ele foi ali fazer crítica, e a crítica já foi acolhida. É muito fácil criticar para diminuir os

demais, mas teria ele a solução, através da Presidente Dilma? Não. A Presidente Dilma pressionou o Senado. Então, é o mesmo valor do ano em curso, mais a avaliação do PIB, mas avaliação negativa. E aí? Não aumentou. Eu pergunto: o que é que se faz? O PT deve saber, porque sabe manobrar dinheiro, sabe manobrar recursos: dá Bolsa Família, dá isenção do IPI... E quem paga? A União? Não! Os Municípios! São os Municípios que pagam isso. É a DRU – Desvinculação da Receita da União –, 20% que ele não tem que explicar para ninguém, e não dá nada para os 5.500 Municípios.

Esses são os homens que criticam aqui! E logo tem gente que vai lá e diz: “Oh, maravilhas!” Mas maravilha o quê?! Nem sabem o que estão falando! Amanhã ainda vai aparecer um Vereador naquela tribuna e denunciar a Associação Beneficente dos Funcionários da Câmara Municipal de Porto Alegre – Abecapa. Eles têm plano de saúde! Os detentores de Cargo em Comissão integram esse plano coletivo, mas a Abecapa não paga nada, cada um paga o seu. Apenas é vantajoso para quem participa. Mas é claro que responsabilidade e seriedade não estão vendendo na farmácia ainda. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, eu vou fazer uma menção bastante breve para registrar que o DEP inicia outra grande obra aqui no Município de Porto Alegre – isso merece o nosso registro. A obra que será executada é a bacia de contenção na Praça Celso Luft. Aliás, eu escutei, na última reunião, Vereadores manifestando-se a esse respeito, Ver. Todeschini. Essa obra será uma bacia subterrânea e, nesse formato foi uma demanda bastante insistente da comunidade. Na época, nós tivemos uma série bastante grande de reuniões na comunidade – o Ver. Carlos Todeschini inclusive participou de algumas delas. Muito bem, então nós queremos registrar que essa obra – isso está escrito no jornal de hoje – vai beneficiar mais de cem mil pessoas diretamente,

ela vai resolver ou amenizar as questões, porque drenagem nunca se resolve. Vai amenizar as questões lá na parte alta, na nossa Av. Teixeira Mendes, mas vai trazer muitos benefícios essencialmente para moradores da parte baixa, a começar pelo nosso Jardim Ipiranga – nas imediações da Rua Anita Garibaldi e bem abaixo, inclusive. Então, essa é uma obra interessante e positiva para a cidade de Porto Alegre. Quero registrar que essa é mais uma daquelas obras que se executa em Porto Alegre pelo PAC, Ver. Todeschini, porque havia o projeto pronto. Isto é importante dizer: o projeto estava pronto no nosso Governo, quando eu comandava o DEP. Comprovadamente, o cidadão não vota em elaboradores de projetos; agora, comprovadamente, todo e qualquer projeto é executado a partir do momento em que existe, efetivamente, o projeto. Quando no comando do DEP, elaboramos o projeto e o levamos a Brasília. Com muita satisfação, cumprimentando os moradores, cem mil pessoas da região, hoje se vê o começo dessa grande e necessária obra para a cidade de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Sr. Presidente, colegas Vereadores, eu venho aqui hoje comentar algumas questões da Saúde que têm me chamado bastante a atenção. Primeiramente, faço uma reflexão, Ver. Mauro; um mea-culpa em relação ao ato do qual participamos ontem em Belém Novo. Eu refletia, hoje pela manhã, sobre o quão difícil é a nossa atividade. Faço essa declaração, muito inspirado, Ver. Mauro, no Ver. Mario Fraga. O Ver. Mario Fraga é um lutador por Belém Novo, estava presente ontem no ato de reinauguração do Posto de Saúde de Belém Novo. Ele é um lutador por diversas conquistas daquela comunidade e que muitas vezes acabam não sendo tão bem entendidas pelos seus Pares, muito por causa desta nossa atividade parlamentar que não é uma atividade executiva, mas, sim, é uma atividade que acaba fiscalizando, estimulando, regrando o Município através das leis, acabando, desta forma, dando a sua contribuição para a Cidade. Além

da Unidade de Saúde lá de Belém Novo, teve, sem dúvida nenhuma, a participação de diversos Vereadores, e nossa, enquanto gestor naquela época na região da Restinga, Extremo-Sul; do Ver. Mario Fraga, à época como Vereador da Cidade, mas existem outras questões específicas do bairro, com as quais o Mario muito tem contribuído. Falo em especial da questão vinculada à juventude, da pista de *skate* que aquela comunidade vai acabar tendo, uma coisa que foi desde o primeiro momento incorporada pelo Mario; o asfalto na rua da Unidade de Saúde, uma conquista que, sem dúvida nenhuma, melhora até as condições de trabalho na Unidade. Então, é isto que eu queria falar: a Prefeitura tem reformado diversas Unidades. O Ver. Dib acabou citando um plano das Urgências e Emergências. O que a gente observa humildemente é que nós demos a nossa contribuição no passado. Foram visitas a mais de 50 postos de saúde, visitas a todas as Urgências e Emergências da Cidade, que ensejaram este Relatório, que o Prefeito Fortunati, com toda a sabedoria, soube avaliar e que tem culminado nas ações que verificamos agora. Uma delas, para se ter bem em mente, que foi colocada ontem na questão das Urgências e Emergências: uma ala para pacientes crônicos – cito uma em função do tempo: uma ala no Hospital Vila Nova para pacientes crônicos. Isso é muito importante. Nós temos, hoje em dia, no Hospital de Pronto Socorro, principalmente no Setor de Neurologia, dezenas e dezenas de pacientes neurovegetativos – é importante a gente entender isso – , que infelizmente as famílias acabaram deixando lá. Alguns deles estão há mais de dois anos naquele hospital; lá não é o local adequado para tratá-los. Então, foi também fruto desse entrosamento que houve a partir dessas reuniões da Comissão de Saúde e Meio Ambiente que se pôde ensejar essas soluções. O fato de se ter uma ala num outro grande hospital, mas um hospital que não é talhado simplesmente para a questão de urgência e de emergência, um hospital de média complexidade, que é o caso do Hospital Vila Nova, claro que com todo o reaparelhamento necessário, é uma medida de sabedoria além de tudo, porque faz com que o HPS possa cumprir o seu verdadeiro mister, a sua verdadeira especificidade, que é o atendimento de urgência e de emergência, e, sem dúvida nenhuma, coloca esses pacientes num outro local em que eles podem

ser muito melhor atendidos. Então, sucintamente, é isso; são diversas outras medidas.

Com relação à questão do Parque Belém, Ver. Todeschini, cujo tema foi muito conversado nas reuniões da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, nós estivemos lá, e vimos a necessidade de abertura do seu pronto atendimento, a abertura de leitos, o conveniamento do Parque Belém diretamente com o Hospital de Clínicas, assim como a possibilidade de conveniamento do Hospital Vila Nova com o Grupo Hospital Conceição, realmente faz que a rede da Saúde possa se tornar mais concreta e, sem dúvida nenhuma, isso é um caminho para desafogar as Urgências e Emergências. Precisamos ainda avançar nos PSFs, na Atenção Básica e Primária à Saúde, mas esse é um grande caminho.

Quero aqui, publicamente, pedir desculpas, Presidente, se cometi essa gafe no dia de ontem ao não citar mais especificamente o Ver. Mario Fraga, naquele ato. Quero, nesta tribuna, realmente, fazer o mea-culpa nesse sentido e dar os parabéns ao Prefeito por essas medidas na área da Saúde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Ver. Mauro Zacher, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, agradeço ao Ver. Comassetto, nossa Liderança, pela cedência do Tempo de Liderança de oposição. E eu tenho que retornar aqui, Ver. Mauro Zacher, Ver. Mauro Pinheiro, para reforçar os elementos trazidos pelo Ver. Mauro Pinheiro a esta tribuna. É inaceitável que práticas desse tipo aconteçam na Administração Municipal de Porto Alegre, na sua empresa de processamento de dados, a PROCEMPA, que é uma empresa cara, que é uma empresa do Município, que é uma empresa que já está sendo usada para muitos desmandos. E aqui está falando alguém que já foi conselheiro da PROCEMPA, durante quatro anos, e mais um ano quando de Assessor-Engenheiro do Prefeito Tarso Genro, que também era integrante do Conselho Deliberativo da PROCEMPA. E me testemunhava aqui uma pessoa insuspeita,

que é o nosso caro Ver. Dr. Goulart, que também foi conselheiro, e que recebia jetom, ou seja, para cada reunião recebia uma importância de cento e poucos reais, coisa que eu nunca recebi, no meu tempo não existia, e fui conselheiro durante cinco anos. E foi decidido em uma assembleia que os conselheiros passariam a ter direito, os membros do Conselho de Administração, e os membros do Conselho Fiscal, a plano de saúde. E aí nós identificamos que alguns conselheiros, depois de estarem fora do exercício e da atividade, continuaram usufruindo os benefícios. Isso é aceitável? E aí estenderam – não bastando isso – esses benefícios aos familiares, aos filhos, alguns até aos netos. Tudo pago com dinheiro público, tudo pago com dinheiro da PROCEMPA.

Então, Ver. João Dib, se há uma medida a fazer hoje, de imediato, Ver. Mauro, é encaminhar aqui um Pedido de Providências para que o Prefeito faça esses cidadãos devolverem o dinheiro que usaram mal, o dinheiro público que foi usado irregularmente, pois isso não pode acontecer. E no meu tempo, Ver. Tessaro, não tinha jetom, no meu tempo, não tinha plano de saúde. Agora, alguns espertalhões vão para a nomeação da função, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, e passam a se beneficiar, mesmo depois de exonerados da função pública, dos benefícios, que são pagos integralmente pelo Erário, com o dinheiro público, Ver. Tarciso. Ou seja, enquanto faltam recursos, enquanto falta tudo em tudo quanto é lugar na Prefeitura... Se tu ligas para o 156 e pede a troca de uma lâmpada, eles dizem o seguinte: “São cinco dias úteis para realizar o serviço”. Eu tenho um caso: fiz um pedido, mas nem no quinto dia útil, nem no décimo dia útil a lâmpada foi trocada – ontem fez 10 dias do meu pedido e a lâmpada não foi trocada. Então, faltam serviços, falta competência, falta resposta à comunidade, falta atendimento às crianças, à população de rua, falta atendimento aos usuários da Saúde, mas para alguns espertalhões, que estão na cúpula do Governo, nunca falta esperteza, e eles acabam se beneficiando irregularmente do dinheiro público. Está na hora de acabar com isso. Ver. Bernardino, vamos fazer, aqui, um Pedido de Providências, público, para que esse recurso seja devolvido ao Erário, aos cofres públicos. É essa a medida cabível, Ver. Tessaro, neste momento, sem prejuízo às demais medidas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. NELCIR TESSARO: Sr. Presidente, foi citado o meu nome, diversas vezes, e eu quero dizer que eu fui Conselheiro durante três anos e quatro meses na PROCEMPA, mas nunca fui beneficiado com algum plano de saúde pela PROCEMPA. E, inclusive, eu verifiquei essa Ata, ela data de janeiro de 2008, na qual não consta a minha assinatura e nem o meu comparecimento. É só para ficar bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quando vi o Ver. Mauro Pinheiro fazendo uma gritaria, eu imaginei que ele estava comemorando o plano que a Presidente Dilma tinha lançado de manhã. Puxa, se a Presidente Dilma, que é do PT, do Partido do Ver. Mauro Pinheiro, lança um plano anticrise, que está sendo comemorado pelo empresariado, inclusive pelo empresariado gaúcho, pelas escolas, pela indústria de máquinas, eu imaginei que a euforia do Ver. Mauro Pinheiro devesse ser para comemorar isso, por ser uma coisa positiva. Mas ele não consegue comemorar nem as coisas boas que a Presidenta Dilma, como ela gosta de ser chamada, anunciou de manhã; ele não sabe e não consegue elogiar uma coisa boa, ele parte sempre para os ataques.

Agora que o Assis Moreira veio aqui e desmoralizou o Ver. Mauro Pinheiro, acabou com a CPI que ele pediu, ele está tentando começar uma outra. Vamos deixar dessa gritaria, desse discurso, e esclarecer essa denúncia. Eu acho que tudo tem que ser esclarecido; a oposição tem que fazer a denúncia, e a situação e o Governo, se tiverem esclarecimentos para fazer, vão fazer.

Mas eu, nesta quarta-feira, volto novamente a falar nesse plano de emergência. Que coisa boa que a Presidente Dilma se deu conta que o Brasil não é uma ilha isolada do mundo. Ela não falou “isso é uma marolinha”, como o Lula dizia; ela reconheceu que a crise está batendo na porta e está lançando um plano para isso. Então, eu acho que todos os brasileiros, quando

acontecem essas coisas boas – e não é de um Partido, é de uma Presidente, que é do PT, cujo Vice é do PMDB, é do PP, é do PTB, que fazem parte do Governo, pois não existe mais oposição –, têm que festejar junto, e temos que aproveitar as tribunas todas que temos pelo Brasil afora para comemorar as coisas boas. Só assim se esquece do Lugo, esse preposto do Pablo Escobar; parece que há informações naquela biografia do Pablo Escobar de que o único bispo que perdoava os pecados do Pablo Escobar, da Colômbia, era o Dom Lugo, no Paraguai. Era um perdão paraguaio que davam a ele pelos crimes que ele cometia. O Mercosul vai acontecer sem a presença do Presidente do Paraguai, mas sem a presença do Lugo. Porque ele imaginou que não voltaria mais para o Paraguai – imagino isso, Ver. Luiz Braz. Então, nós temos que aproveitar, como eu disse, para comemorar algumas coisas boas.

Eu queria fazer um reconhecimento aos meus colegas aqui da Câmara de Vereadores. Muitos foram protagonistas nessas alianças, nessas convenções, nesses concertos políticos, e nós podemos nos orgulhar da Câmara de Vereadores de Porto Alegre! Os Vereadores da Câmara, meus colegas, tiveram uma participação ativa na decisão de quem e com quem vão coligar. Todos foram protagonistas, Vereadores competentes, qualificados, que mostraram para que serve a Câmara de Vereadores: é para se ter Vereadores livres que falem pela Cidade! Nós tivemos aqui a felicidade – eu digo assim – de ter o Ver. Sebastião Melo candidato a Vice-Prefeito na chapa do Prefeito Fortunati; o Ver. Nelcir Tessaro candidato a Vice-Prefeito na chapa da Manuela D'Ávila, e outros Vereadores que concorreram; muitos até não quiseram, preferiram não ser candidatos a Vice, mas todos foram muito ativos. Eu vejo o Ver. Ferronato, o primeiro que se lançou e, depois, teve a grandeza de dizer “não, eu vou passar para o Tessaro”; o Ver. Beto Moesch, que também foi sondado para ser candidato a Vice. Então, eu queria festejar isso, queria festejar a qualidade dos meus colegas Vereadores da Câmara de Porto Alegre, Ver. Paulinho Rubem Berta. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. DJ Cassiá está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DJ CASSIÁ: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, também quero dar parabéns aos colegas Vereadores – eu tenho uma admiração imensa por eles: ao Ver. Tessaro, que tem conhecimento da Cidade e é Vice da Manuela, e também ao Ver. Sebastião Melo.

Vereador Tarciso, subo a esta tribuna para, mais uma vez, falar aqui sobre um dos temas mais esquecidos neste País, que se chama cultura. Ninguém fala em cultura neste País, como se a cultura não fizesse parte das prevenções, da educação. Infelizmente, Ver. Adeli, esquecem da cultura, assim como esquecem da educação de qualidade, da saúde, enfim. O tema que eu trago hoje aqui não é a questão da saúde, porque, se existe pena de morte neste País, ela está na saúde pública. Infelizmente, está na saúde pública! Mas não vou me aprofundar nesse tema.

Quero falar de cultura. Desde o começo do meu mandato, tenho dito, Paulo Jorge, que serei incansável, enquanto eu estiver nesta Casa, em defender a cultura. Verba para a cultura! Nossos jovens estão perdendo a inocência e a vida por falta de oportunidade dentro das nossas comunidades carentes, na nossa periferia, por falta da contrapartida em oficinas. Ver. Tarciso, o senhor sabe muito bem da importância de dar oportunidade ao jovem. Falo por mim mesmo, apesar de não estar mais tão jovem, mas se eu não tivesse tido oportunidade de vir para o lado da cultura, talvez eu não estivesse aqui hoje. Eu, sim, fui salvo pela cultura! Então, eu tenho o dever de defendê-la!

Ver. João Antonio Dib, na próxima terça-feira será inaugurado o primeiro estúdio popular do Brasil; obra do Prefeito José Fortunati. Quero parabenizar o Prefeito que, na quinta-feira passada, assinou o convênio com a UFRGS para o pré-vestibular popular. O jovem da periferia chega até o segundo grau – vou usar o termo antigo – e não tem condições de chegar adiante, porque tem de largar os estudos para ajudar a família, ajudar o pai, ajudar a mãe, e ali se interrompe o sonho de um jovem. E até mesmo porque fazer um vestibular é muito caro. E, agora, o Prefeito está dando uma oportunidade ao jovem da periferia, através do pré-vestibular popular, em parceria com a UFRGS.

Quero aqui também dizer, Ver. Tarciso – o senhor me escuta com atenção –, que daqui a alguns dias, será inaugurado, nas 17 regiões da periferia, um

projeto que se chama Tocando a Vida. Por que Tocando a Vida? Porque esse é, Ver. Tarciso, um projeto do Governo Municipal que vai formar jovens dentro das periferias – DJs, produtores musicais, enfim, danças. São diversas atividades culturais que vão ser implantadas nas 17 regiões de Porto Alegre.

Quero concluir, Ver. João Bosco Vaz – que fez um excelente trabalho como Secretário de Esportes, já falei isso várias vezes aqui –, dizendo que o esporte também é prevenção. Cito mais uma das obras do Prefeito José Fortunati na área da Cultura: daqui uns dias mais será inaugurado um sonho da comunidade da Vila Bom Jesus, que é a Praça da Juventude. Não tenho mais tempo para falar sobre a praça, mas aproveito para parabenizar o Secretário Luisinho, pois daqui a alguns dias será inaugurada essa praça lá naquela comunidade que, sim, precisa de cultura e de educação de qualidade.

Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela onde eu nasci! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Não havendo mais inscrições, consulto os Líderes para saber se usarão seu tempo em Comunicação de Líder.

O SR. MAURO PINHEIRO (Requerimento): Presidente, Ver. Mauro Zacher; estou apresentando, já está protocolado, um Requerimento solicitando a instalação de uma Comissão Externa para representar esta Casa, os Vereadores – temos aqui a assinatura de vários Vereadores, de vários Partidos, inclusive convido também o Ver. João Bosco –, com o objetivo de buscar, junto aos órgãos, a liberação do Estádio Beira-Rio, que está interditado.

Então, que esta Câmara reúna Vereadores, através de uma Comissão Externa, para que possam intermediar a liberação do Estádio Beira-Rio.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Está deferido.

(15h25min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação nominal o PLCE nº 005/11, com Veto Parcial. (Pausa.)

Quero orientar os Srs. Vereadores que nós passaremos diretamente ao processo de votação, porque nós iniciamos a votação na Sessão passada e foi nula por falta de quórum.

(Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 14 votos **SIM**; 15 votos **NÃO**. Mantido o Veto.

Em discussão o PLL nº 036/10, com Veto Parcial. (Pausa.)

O Ver. Toni Proença está com a palavra para discutir o PLL nº 036/10, com Veto Parcial.

O SR. TONI PROENÇA: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, este Projeto recebeu do Prefeito Municipal o Veto Parcial a dois artigos. Lembro aos senhores que este Projeto foi aprovado nesta Casa e que ele instituiu o Sistema de Diagnóstico da Situação da Mulher e o Índice de Qualidade de Vida da Mulher no Município de Porto Alegre, determinando que o Executivo Municipal organize a prestação de contas públicas da evolução dos indicadores e dos subindicadores relativos à mulher no Município de Porto Alegre e dá outras providências. Muitos Municípios no Brasil já adotaram essa legislação, que tem o intuito de, ao compor o observatório da mulher e os índices de desenvolvimento da qualidade de vida das mulheres, orientar as políticas públicas para as mulheres, para que elas possam se emancipar e se desenvolver.

Muito bem, o Prefeito veta o art. 8º, inciso II, que diz o seguinte: “Compor os indicadores com métodos quantitativos e qualitativos”. Entende o Executivo Municipal que, por conta do aumento da densidade populacional territorial e por conta da migração interna da Cidade, seria difícil compor esses índices com qualitativos e quantitativos. Acho que é um equívoco; é possível compor esses índices com a população que fica no território, anualmente.

O segundo veto é ao art. 12, que institui o Dia da Prestação de Contas dos Índices de Qualidade de Vida da Mulher o dia 8 de março, que é o Dia Internacional da Mulher. Argumenta o Executivo que não tem condições e que seria inconstitucional exigir do Município esse prazo. É um prazo, uma data simbólica, quando se comemora, no mundo todo, o Dia Internacional da Mulher. Portanto, é o dia adequado para que o Governo faça a prestação de contas do Índice de Qualidade de Vida das Mulheres. O Governo aceitou o Projeto, vai implantar o Observatório, portanto, acho um equívoco vetar justamente a parte simbólica do Projeto, que institui o dia 8 de março como o dia para prestação de contas. Até aceito o veto ao art. 8º, Inciso II, quanto aos índices qualitativos e quantitativos; aceito que o Governo tenha dificuldade de cumprir este artigo; agora, acho que o Governo deveria rever a posição de fazer a prestação de contas num dia que não fosse o dia 8 de março. Portanto, peço aos Srs. Vereadores e às Sras. Vereadoras que derrubemos o Veto, para que possamos construir a prestação de contas no dia 8 de março, e que possa depois o Governo se isentar dos índices quantitativos e qualitativos territoriais, uma vez que ele se diz impossibilitado de fazer isso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 036/10, com Veto Parcial.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. Mauro Zacher; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; senhores e senhoras que acompanham esta Sessão aqui e pela TVCâmara; esta Casa vem evoluindo, vem dando passos, tentando organizar um arcabouço legal que faça com que a Prefeitura de Porto Alegre, de fato, tenha diagnóstico e ações que enfrentem o tema de gênero, que tirem da invisibilidade a violência, a discriminação, as necessidades que as mulheres desta Cidade vivem.

Nós tivemos uma votação bastante controvertida, importante, em que estabelecemos o Dia de Luta contra a Violência à Mulher e encerramos com o Dia da Dona de Casa. Junto com isso, o Ver. Toni Proença propôs o observatório das temáticas relativas à mulher, o que a Casa aprovou.

Nós temos debatido aqui a necessidade da prestação de contas do Plano Municipal, que desdobra o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência, e não nos basta que sejam estabelecidas boas intenções, determinações, mas que esta Casa e a sociedade não tenham retorno, tanto do balanço do impacto das políticas aplicadas e do investimento realizado em relação à mulher, portanto, do balanço quantitativo e qualitativo. E não acho que deva ser tão difícil, se houver, de fato, integração de ações, porque, quando uma assistente social, no Núcleo de Apoio da Saúde da Família, ou no CRAS – Centro Regional de Assistência Social, ou no Centro Especializado e Assistência, onde a agente comunitária de saúde está abordando as mulheres na periferia, ou nas próprias escolas ao atenderem as mães – todos esses equipamentos e profissionais que trabalham com as mulheres, através de políticas públicas, ao fazer esse atendimento, tenham plenas condições de ter um registro, de ter um *feedback* qualitativo da vida das mulheres, e da opinião das mulheres sobre o impacto das políticas públicas.

Então, não há por que o Veto na questão da qualidade, da avaliação qualitativa. E, por outro lado, é preciso, sim, prestar contas a esta Casa. Nós, dificilmente, temos balanço, Ver.^a Celeste, das políticas aplicadas em prol da mulher. É muito difícil: temos que pesquisar, temos que garimpar. E se o Governo tem essa tarefa, tem essa responsabilidade de prestar contas a esta Casa, ele vai organizar, de fato, um observatório continuado, Ver. Toni.

Acho que a iniciativa de V. Exa. é muito pertinente, porque não tem como ajustar a política pública quando não há avaliação da política implementada. Não tem como enfrentar a violência contra a mulher, se a cidade não identifica onde estão os principais eventos de violência, ou em função do que eles ocorrem, ou em que condições acontecem, para, inclusive, demandar uma política pública de segurança, uma política pública que se antecipe ao problema, porque, do contrário, é tatear no escuro. Nós, aqui, muitas vezes, temos o sistema do planejamento, o sistema da eficácia que vem para a pauta desta Casa. Não tem como haver eficácia, quando o Governo não trabalha em cima da avaliação permanente.

Fazendo um paralelo com a escola, Ver. DJ, nós sempre combatemos que se fizesse um único diagnóstico, uma única avaliação do aluno na hora da prova.

Às vezes, só lá no final do semestre, e, às vezes, só no final do ano, e, com isso, o processo de ensino e aprendizagem não tem interferência do professor. A avaliação tem que ser um processo permanente, ela não pode ser só quantitativa, porque não traz o conjunto do indivíduo no qual nós queremos incidir com o trabalho de educação. E assim é com a questão de gênero! Não tenho a menor dúvida.

Às vezes, a alteração da condição de violência na mulher, de vulnerabilidade, depende da alteração da postura da própria mulher, depende da alteração cultural do entorno, em determinada região, em determinada característica de trabalho, e isso precisa ser permanentemente diagnosticado, publicizado, com a reorientação das políticas públicas.

Então, posiciono-me, aqui, contrária aos dois Vetos, e que nós possamos, de fato, implementar, ter esse instrumento, Ver. Toni, porque não nos bastam os dias: não basta o Dia Internacional da Mulher, o Dia de Enfrentamento da Violência, o Dia do Enfrentamento contra a Violência contra as Crianças e os Adolescentes. Nós temos muitas datas, mas nós precisamos, de fato, é de políticas planejadas e políticas que façam leituras da realidade, devolução desses dados à Cidade, dessas políticas, do impacto dessas políticas, porque nunca nós vamos alterar a condição da mulher se o conjunto da sociedade não tomar consciência.

Eu elogio o último aspecto da importância desse diagnóstico, desse observatório, porque muitos ainda acham que é uma falácia, que é pontual, que não é um tema que tenha a ver consigo, não é um tema que aconteça na sua casa... Nós sabemos que a violência simbólica, a violência moral acontece muitas vezes nas famílias aparentemente mais estruturadas.

Então, essa devolução pública, esse observatório também serve para o conjunto da população compreender o tema, tomar consciência e mudar de atitude. Acho que nós devemos ajudar o Governo a melhorar suas políticas de Estado, derrubando o Veto, porque esse é um Projeto não só para um Governo, mas para a Prefeitura de Porto Alegre incorporar como instrumento de balizamento da sua política pública em relação à mulher.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Maria Celeste está com a palavra para discutir o PLL nº 036/10, com Veto Parcial.

A SRA. MARIA CELESTE: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; Ver. Toni Proença, quero saudá-lo pela iniciativa do seu Projeto. Ao combater a violência na nossa Cidade, cada vez mais temos a necessidade da quantificação dessa violência, do ponto de vista de conceituá-la, do ponto de vista de quantificá-la e também do ponto de vista da identificação dos lugares da Cidade onde os focos de violência, especialmente contra mulher, contra a criança, contra os adolescentes, contra os idosos, estejam sendo efetivados. Por que é importante a quantificação? Porque aí, sim, nós podemos ter uma gestão preocupada com a implementação de projetos de programas que vão, no dia a dia, atacar, combater, efetivamente, na prática, essa violência. Então, quando se faz um projeto e se solicita que haja indicadores sociais, que haja o comprometimento do Governo para essa quantificação, não é para que tenhamos objetos de pesquisa ou de estudo, o que também é importante para as universidades ou para os trabalhos científicos da nossa Cidade, mas para que possamos, a partir desses indicadores, elaborar uma política pública que dê conta de fazer esse enfrentamento contra a violência no Município de Porto Alegre, especificamente no caso da mulher. Além da quantificação, acho que o senhor foi muito feliz em trazer para um instrumento científico de quantificação dos indicadores, da identificação dos locais mais violentos, da necessidade dos programas e dos projetos de atendimento para o combate a essa violência, para, além disso, a importância desse Projeto, também ao identificar, quantificar, apresentar programas e projetos, possam estar também disponibilizados para a população através de uma prestação de contas. E nada mais correto, nada mais simbólico, nada mais justo de que isso, efetivamente, seja feito no dia 8 de março, porque é o Dia Internacional da Mulher. Mas é um dia em que nós não queremos apenas celebração e homenagem, é um dia em que demarcamos em todas as nossas cidades, especialmente no Brasil afora, a necessidade de dizermos da importância do empoderamento das mulheres em todas as classes sociais. E ali, dentro do Plano Nacional para as Mulheres,

como a Ver.^a Sofia fazia referência, nós temos eixos temáticos, e um deles é o combate à erradicação total da violência contra a mulher.

Eu tive a honra de ser Prefeita por um dia, em 2007, quando Presidente da Câmara, e fiz questão de estar ali não como um enfeite ou gesto democrático do Prefeito, mas assinei o compromisso e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, assinei o compromisso de que Porto Alegre estaria aderindo a esse Plano Nacional e fazendo o devido enfrentamento das questões apontadas, como a construção de um Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Mas, lamentavelmente, nos últimos períodos, nós temos ficado com uma preocupação e uma inquietude muito grande dentro de nós, porque o único programa que era elencado dentro do Orçamento da Cidade, como Programa da Saúde da Mulher, sequer foi mantido no último período. Nos últimos dois anos, esse Programa, que era o único que existia em todo o Orçamento da Cidade, foi extinto, com o discurso da transversalidade. Ótimo, isso é importante, é necessário, mas é necessário que haja orçamento para essa transversalidade. Quando um Programa da Saúde da Mulher, que representava 0,04% do Orçamento da Cidade, é extinto, ele precisa ser substituído e ser aplicado na transversalidade das outras Secretarias, das outras implementações dos programas e dos projetos. E nós, lamentavelmente, não vimos isso acontecer. Mais do que isso, a Comissão de Direitos Humanos, no ano passado – composta pelo Ver. Tessaro, como Vice-Presidente, pelo Ver. Toni Proença, pelo Ver. Sebastião Melo, pelo então Ver. Mario Fraga – estive em Caxias do Sul, olhando, buscando a experiência do Centro de Referência da Mulher, lá instituído, como uma ação propositiva da Comissão, para que aqui, no Município de Porto Alegre, se resgatasse o programa e o projeto do Centro de Referência, porque o único Centro de Referência da Mulher que existe no Município de Porto Alegre é o Vânia Araújo Machado, que é um Centro do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Tivemos ali a grata satisfação de ver que a Prefeitura iria implementar, iria realizar, mas, efetivamente, até hoje, não passou de apenas uma intenção de Centro de Referência.

Então, o seu Projeto é oportuno, é necessário, e mais do que nunca conclamo todos os Vereadores desta Casa que possamos, juntos, derrubar este Veto

Parcial, porque além dos indicadores, além da necessidade do enfrentamento que precisamos fazer, nós queremos, também, referendar o 8 de março como um Dia Internacional e Municipal de luta, de combate, de enfrentamento à violência, e como dia de empoderamento das mulheres na cidade de Porto Alegre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Não há mais quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 036/10, com Veto Parcial. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** o Projeto por 13 votos **SIM**; 11 votos **NÃO**. Mantido o Veto Parcial.

Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas das 46ª a 49ª Sessões Ordinárias; Ata Declaratória da 50ª Sessão Ordinária; Atas das 51ª a 53ª Sessões Ordinárias; Ata Declaratória da 54ª Sessão Ordinária; e Atas das 8ª e 9ª Sessões Extraordinárias. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

Convido o Ver. Airto Ferronato para assumir a presidência dos trabalhos, porque este Requerimento é de minha autoria.

(O Ver. Airto Ferronato assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Airto Ferronato): Em votação o Requerimento nº 059/12. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

Solicito aos Srs. Líderes que se aproximem desta Presidência para uma breve reunião. (Pausa.)

(O Ver. Mauro Zacher reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR PRESIDENTE (Mauro Zacher): Tendo em vista acordo feito pelas Lideranças, passamos à discussão do PLL nº 090/11.

Apregoo as Emendas nºs 05 e 06, de autoria do Ver. Airto Ferronato, ao PLL nº 090/11.

Apregoo Requerimento, de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 05 e 06 ao PLL nº 090/11 à apreciação das Comissões, para Parecer.

Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando dispensa do envio das Emendas nºs 05 e 06 ao PLL nº 090/11 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento, de autoria do Ver. Airto Ferronato, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 02, 03 e 04 ao PLL nº 090/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 090/11.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores que nos acompanham na tarde de hoje, entidades, presidências, direção das nossas entidades de guardadores que estão conosco, eu quero, inicialmente, agradecer aos Vereadores que compreenderam a antecipação da votação deste Projeto porque, na ordem em que ele estava, nós o votaríamos praticamente à noite. Então, foi um gesto de compreensão e de carinho todo especial a vocês que estão aqui. (Palmas.) Eu quero registrar também, inicialmente, que nós temos uma lei federal, e essa lei federal regulamentou a profissão de guardador de veículos nas nossas cidades. Eu não me canso de dizer e de referir que estamos, agora, trazendo coisas da lei federal para o Município e estamos acrescentado algumas outras

definições necessárias ao bom desempenho das atividades que as senhoras e os senhores desenvolvem em Porto Alegre. Eu não me canso de registrar, e quero falar carinhosamente que, lá em 1981, eu adquiri um carro zero quilômetro, um fusca; andei num encontro de Fiscais da Receita Federal – eu era Fiscal –, e, naquela noite, roubaram meu veículo. Eu estava com o carro há quatro dias, ele estava com 400 quilômetros rodados. Roubaram-me certamente porque lá não havia guardador de veículos. Eu não me canso de registrar a importância dessa profissão no seio das nossas grandes cidades essencialmente, claro que nas pequenas também, falando de Porto Alegre. Daí por que este Projeto é o reconhecimento da Câmara Municipal de Porto Alegre pelo trabalho que desenvolve o guardador de veículo. Aqueles homens e mulheres sérios que estão aí trabalhando como todo e qualquer cidadão, zelando pelo patrimônio dos porto-alegrenses, ou daqueles não porto-alegrenses que aqui estão. Por isso o nosso reconhecimento, e por isso que, desde o primeiro dia em que o Copinaré, Assessor do sindicato, e o pessoal das entidades nos procuraram, eu disse da importância de apresentar o Projeto que, em síntese, complementa tudo o que consta na lei federal, regulamenta e exige a necessidade do jaleco, determina espaços delimitados para cada guardador, e, tenho certeza, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores e povo de Porto Alegre, de que essa é uma profissão de alto cunho social e até econômico para as nossas grandes cidades. Por isso estamos aqui pedindo a aprovação do Projeto e das Emendas. Eu havia apresentado três Emendas e retirei três; apresentei duas, agora, com uma pequena modificação de redação. Essas redações exigem o bracelete para definir quem está ali trabalhando, de que entidade é; determinam uma quantidade máxima de metragem para que cada um exerça a sua profissão. Vai certamente criar-se um grande número de empregos, Ver. Tarciso, de trabalho em nossa Cidade.

Nós estamos propondo que carroceiros, carrinheiros, moradores de rua, etc., busquem as entidades, sejam treinados para isso e passem a desenvolver também essa atividade que eu tenho certeza de que é nobre para a Cidade, é nobre para o nosso cidadão e, em síntese, é nobre para vocês que atuam com seriedade e responsabilidade nesses nossos encontros. Aí me falaram: Ferronato, por que 150 metros e não lá num grande evento? Num grande

evento já existe uma regra da lei federal que estabelece, Ver. Tarciso, Srs. Vereadores, como se define o número de profissionais que vão atuar lá, como, por exemplo, no Gre-Nal. Isso, na verdade, já está definido. Com esta Lei, nós damos um grande passo na Cidade, porque passamos a reconhecer, através de Lei Municipal, e valorizar ainda mais a atividade das senhoras e dos senhores.

Peço o voto favorável ao Projeto e às Emendas que, repito, apresentei, mas a iniciativa é de vocês. Peço voto favorável ao Projeto e às Emendas. Obrigado (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 090/11.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Aírto Ferronato, caras guardadoras e caros guardadores, eu só vim me manifestar, porque, no ano passado, durante a presidência da Casa, este tema esteve em pauta na Cidade, houve uma alteração, inclusive de procedimento. Para o meu espanto, Ver. Aírto Ferronato, a própria Brigada Militar é que estava fazendo as proposições, as reuniões. Houve um grande entendimento importante, formação com os guardadores, um entendimento de que, se eles fossem identificados, tanto com o jaleco, que ora V. Exa. propõe, quanto com o crachá, eles seriam mais respeitados na Cidade, seria valorizada e identificada a sua função, profissão, mas que havia um problema na cidade de Porto Alegre; por isso, eu vim falar. Também me manifestei em relação à Prefeitura de Porto Alegre nesse sentido, a pedido do Comandante da Brigada Militar, pois não havia e não há ainda lugar – se houver, corrijam-me –, na Prefeitura, responsável para fazer essa interlocução. Ainda não, não é Copinaré? Ainda não, me confirma o representante dos senhores e das senhoras, ou seja, a Prefeitura se omite e se exime. Não é possível que a Brigada Militar tenha esta função: verificar se tem a identificação, verificar se tem o jaleco; não é possível! Isso é uma função do gestor da Cidade, do Executivo da Cidade, que precisa ter um processo de construção, de acompanhamento, de identificação, até para separar o joio do trigo, para vocês todos não serem chamados de...

Eventualmente, alguém aplica um golpe, e todo mundo vira o malandro que está escondido atrás de uma função como esta na Cidade. É uma função bastante discriminada, porque, em muitos momentos, incomoda o cidadão, que não tem essa identificação, essa nitidez, essa segurança de que tem um órgão público que licencia, fiscaliza, acompanha e que faz qualificação. Então, é esse o tema e o apelo que eu trago para esse momento do debate deste Projeto. Certamente votarei a favor, mas acho que está na hora de a Prefeitura de Porto Alegre assumir a sua parte.

Eu ousou dizer que a EPTC – cujos agentes de segurança trabalham com o tema do trânsito, estão na rua, contam com a área azul, inclusive isso tem tudo a ver com o seu tema – é quem deve, Ver. Aírto, fazer essa gestão, essa fiscalização, essa homologação, o reconhecimento das identificações dos crachás e até mesmo esse tema dos jalecos, como serão feitos, de que tamanho serão, etc. Não é questão de burocratizar, mas acho que se não tem essa interlocução com a municipalidade, não é possível, porque a Brigada Militar tem mais o que fazer. Além do que dizer que é a Brigada que tem que cuidar de vocês, dizer que está tratando com marginais; vamos combinar! Então, a Brigada só vai atuar em situações de delinquência, que querem se aproveitar desse grupo, que é muito sério porque está aqui, quer se identificar, quer dialogar e ser respeitado na Cidade. Então este é o meu apelo.

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado, Ver.^a Sofia, e parabéns para o Ver. Aírto Ferronato. Só quero falar sobre o jaleco, que agora no inverno é espetacular, mas no verão que tenham uma roupa apropriada e personalizada para os guardadores de carro.

O Sr. Aírto Ferronato: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Vereadora, o raciocínio de V. Exa. está correto. Acontece que, no contexto todo da Lei, temos o jaleco, a definição de como será, e nós temos as Emendas também que tratam de outras questões; dentre outras, a definição proposta pelas entidades de que a ação do Município competirá à EPTC – essa é uma demanda deles. Inclusive, existem proposições de sugestões do próprio

comando da Brigada Militar. Quer dizer, então nós fizemos um Projeto e algumas Emendas, ouvindo a comunidade interessada, no caso, os guardadores.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vejo aqui, Ver. Airto, que a Emenda nº 03 – (Lê.): “A fiscalização e a normatização do exercício da profissão é de competência da EPTC”. Então, é exatamente uma resposta, obviamente, um diagnóstico que vocês já tinham de que não havia uma determinação do órgão responsável. Não havia, na verdade, necessidade de lei; a Prefeitura deveria já ter assumido e organizado. Agora, eu o parableno, porque acho que assim completa; tenho certeza de que é uma construção de vocês. Agora, faço um alerta: o Prefeito costuma vetar Projetos de iniciativas de Vereador, quando determinam funções para o Prefeito de Porto Alegre, inclusive enfrentamos vários até hoje. Acho que não seria aceitável para esta Casa. Quero dialogar com o conjunto dos Vereadores para ser uma construção política de todos os Vereadores, para que, de vez, se resolvam quem tem essa tarefa de fiscalizar e de normatizar, que, para mim, está correto. Eu não tinha lido a Emenda nº 03 e já vinha observando que achava que tinha que ser isso.

Então, parabéns a vocês, nós votaremos a favor, porque esta Cidade merece uma função bem identificada para que os nossos moradores não tenham, sejam cordiais, sejam bem atendidos, para que tenhamos paz também ao estacionar e para que vocês tenham um trabalho com dignidade. Parabéns! Votaremos a favor.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Fernanda Melchionna assume a presidência dos trabalhos)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Quero registrar que hoje é o aniversário de 50 anos de um grande colega nosso aqui da Câmara Municipal, que é o Mário, nosso colega, trabalhador da Câmara, que merece os nossos parabéns, os nossos aplausos, as nossas felicitações e o desejo de uma vida longa, profícua e com muita saúde.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 090/11.

O SR. ADELI SELL: Ver.^a Fernanda, na presidência dos trabalhos, colegas Vereadoras e Vereadores, guardadores de automóveis, eu, com a hoje Deputada Juliana, sou o autor da Legislação Municipal que rege a questão dos guardadores de automóveis da cidade de Porto Alegre. É uma lei federal, do ano de 1975, da época do Geisel, e, a partir disso, o guardador de automóvel pode fazer o seu registro sindical – por isso que há sindicato em vários lugares – e pode ter, portanto, a sua contribuição sindical resguardada nessa legislação federal. Eu acho que essa discussão sempre foi muito difícil em Porto Alegre, porque há uma confusão entre um guardador de automóvel e um flanelinha. O flanelinha, todo mundo entende a nossa linguagem, é aquele que, a qualquer hora do dia ou da noite, se arvora no direito, e, às vezes, tem a petulância de querer tomar conta da rua, vende inclusive o seu ponto, como eu vi uma briga, certa feita, na Av. Alberto Bins, no Viaduto da Conceição – horrível, por sinal. O guardador de automóvel tem um respaldo legal, e a nossa legislação tem uma série de determinativos, como, por exemplo, o que a pessoa deve fazer, como deve se portar. A questão do jaleco é tremendamente importante! Às vezes, as pessoas não dão importância, mas é a questão da identificação. A colocação do nome no crachá também é importante, pois a pessoa não está se escondendo. A pessoa diz: “Eu sou o Adeli Sell; estou aqui trabalhando, sou guardador de automóvel”. A legislação é clara: você não pode ter uma cobrança específica, não pode determinar, de antemão, qualquer valor; o valor que a pessoa der deve ser segundo o que achar conveniente. Nós sabemos que nem sempre as coisas nos agradam, mas, no mundo, há muitas coisas que nos desagradam também. Então, eu acho que é um bom momento, Ferronato, de a gente normatizar mais efetivamente essa questão em Porto Alegre, com base na legislação que já existe, para que a gente possa – vamos ser claros – separar o joio do trigo! Também há, em todos os lugares, aquele sujeito que se aproveita, que vai, principalmente, no início de um evento, dá a mordida e some do mapa. O teu carro fica desguarnecido, e a pessoa não cumpriu com aquilo a que ela se propôs fazer. A gente deveria ter, inclusive, por parte da EPTC, uma pessoa responsável para ter esse trato direto com o

guardador de automóvel. Acho que falta em Porto Alegre uma integração. Se o guardador de automóvel é o olho do dono do carro, ele poderia ser extremamente importante na Segurança pública; se ele tivesse uma relação de cordialidade, de respeito com o agente de trânsito, com o guarda municipal, com o policial militar, isso evitaria um conjunto de problemas, inclusive de insegurança. Dessa maneira, a comunicação flui, e aquele que está, praticamente, no mesmo lugar... Aprendi isso exaustivamente. Estou relendo um livro chamado Morte e Vida de Grandes Cidades, e já citei isso umas vinte vezes aqui, que trata exatamente dessa questão da diversidade da presença da pessoa: o engraxate naquela esquina, o sujeito que faz a chave, vocês, que são os guardadores de automóveis, fazem exatamente esse processo da cidade ser muito mais segura. As pessoas, às vezes, só dão valor quando o sujeito porta uma pistola, quando é imbuído do cargo, digamos, de policial militar. Não, a segurança vai muito além disso. Então, acho justo, acho correto este Projeto. É claro que não concordamos com disputa de pontos; nós condenamos isso, achamos que tem que ter um regramento. A nossa lei municipal é claríssima: a Prefeitura é a responsável em determinar a rua tal, de organizar os eventos; é a Prefeitura que deveria fazer, Ferronato, mas, infelizmente não faz, não cumpre a sua função. Portanto, eu estou não só de acordo, como estou batalhando com meu camarada e amigo Ferronato por essa legislação. E, como sempre, me coloco à disposição para um amplo diálogo com aqueles interessados na questão e com a cidadania de Porto Alegre, porque acho que todos queremos uma Porto Alegre para todos. O guardador estar resguardado por uma legislação faz parte da sociedade, assim como eu faço parte da sociedade, ou o usuário, muitas vezes, deste ou de outros serviços. Agora, precisamos regerar, precisamos, inclusive, combater e condenar as coisas que estão erradas. E vocês me conhecem, sabem que eu sou dessa maneira. Portanto, têm aqui não só a minha solidariedade, mas o meu apoio militante. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Ismael Heinen está com a palavra para discutir o PLL nº 090/11.

O SR. ISMAEL HEINEN: Nobre Ver.^a Fernanda Melchionna, presidindo a Sessão; nobres Pares, colegas Vereadoras e Vereadores, isto posto, o ideal seria, nobre Ver. Airto Ferronato, que não se precisasse ter essa colaboração, o trabalho social, mas que pudéssemos ter uma cultura na nossa Cidade, no nosso País, de que pudéssemos estacionar tranquilamente o nosso carro, irmos fazer o que tivéssemos que fazer, voltarmos e encontrarmos o carro à disposição. Mas essa realidade não acontece no nosso País, no nosso Município, e, de resto, em Município nenhum.

Vendo este Projeto de autoria do Ver. Airto Ferronato, quero, de pronto, parabenizar o sindicato da categoria dos guardadores e também V. Exa. pela sensibilidade de transformar num aprimoramento da regulamentação que já existe em Porto Alegre.

Para quem trata de segurança – é o meio de minha origem, por ser militar –, a identificação do agente de segurança é muito importante; é importante para ele e é importante para o usuário que vai deixar o carro ou para quem passar a usar o serviço deles. E essa identificação de que trata esse artigo é clara, é óbvia, é visível e é humana, porque visa também a proteger o guardador de um eventual acidente relacionado a uma pessoa desavisada, às vezes nervosa – isso vem a ajudar a ambos. É um pedaço a mais que estamos dando à iniciativa de aprimorarmos essa regulamentação que já existe.

É claro que temos de avançar muito mais em questões de Segurança pública: temos que nos sensibilizar mais para um investimento condigno com essa área tão necessitada ao cidadão nos dias de hoje.

Diante disso, sou favorável a este Projeto de Lei, e vou votar favoravelmente. E, não custa repetir, parabenizo a categoria, o sindicato, o proponente e, com certeza, a maioria desta Casa. Muito obrigado pela oportunidade.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Encerrada a discussão. Em votação o PLL nº 090/11. (Pausa.)

O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 090/11.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhoras e senhores trabalhadores da cidade Porto Alegre na afirmação da cidadania, fiz questão de vir a esta tribuna, em nome do meu Partido, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, para fazer algumas afirmações. Com relação a esse Projeto que hoje estamos analisando, por iniciativa do colega Ver. Aírto Ferronato, esta Casa foi protagonista desse tema que não começou hoje. Há sete, oito anos, quando havia conflito, e a Brigada Militar, principalmente, não respeitava os trabalhadores que atuavam nas ruas de Porto Alegre, nós realizamos, naquele período, Copinaré e demais presentes, várias audiências na Comissão de Direitos Humanos, fazendo esse enfrentamento. Houve um amplo debate com aqueles que pejorativamente diziam: “fora flanelinhas!” – generalizando, como se todos fossem pessoas não responsáveis nesse processo –, e com aqueles que se envolveram na busca da auto-organização dos guardadores de veículos. Surgiram vários grupos que hoje estão organizados, e, hoje, inclusive, outras cidades do entorno de Porto Alegre, anteciparam-se e legalizaram a lei federal já existente desde 1975, se não me falha memória. Ver. Ferronato, a grande disputa que sempre houve foi por uma parte da sociedade, que desconsiderava, e ainda desconsidera, em grande parte, aquelas pessoas que trabalham na rua guardando os veículos. Essa categoria passou a ser reconhecida, então, o reconhecimento dessa categoria, que já era por lei federal, precisa da intervenção do Município. E, neste momento, eu fiz questão de falar aqui desse resgate histórico, porque muitos debates fizemos, muitos enfrentamentos fizemos; muitos debates, inclusive, no rádio, com alguns dos senhores e das senhoras participando, que iam sempre para a linha da desconsideração da possibilidade de esses trabalhadores serem honestos, corretos, que estão ali querendo contribuir com uma organização na Cidade, através de um ato legal que é a lei.

Então, o Município de Porto Alegre avançou, fazendo esse diálogo, fazendo esse reconhecimento, e agora a legislação vem ajudar a qualificar, ou seja,

mantendo a identidade, desde o seu uniforme, com o seu crachá, com a postura, com a referência, Ver. Brasinha, de que esses são trabalhadores da cidade de Porto Alegre. Concluo, Ver. Airto: em nome do meu Partido, do Partido dos Trabalhadores, votaremos favoravelmente. Mas eu queria fazer este resgate histórico: que a Câmara de Vereadores, há mais de dez anos, comprou essa briga, abriu o debate, enfrentou – inclusive, quando eu fui Presidente da Comissão de Direitos Humanos, em 2007, até esqueci quantas reuniões nós fizemos naquele momento em que havia uma pressão de parcela da sociedade para excluir essas pessoas do convívio público de uma forma organizada. Mas nós optamos pelo caminho da organização, pelo caminho do reconhecimento, porque assim como o sol, a Cidade é de todos; e é de todos para viver bem e sobreviver, inclusive, de uma forma digna e qualificada! Então, meus parabéns! E o voto do Partido dos Trabalhadores será favorável ao Projeto. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 090/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

As Emendas nºs 02, 03 e 04 ao PLL nº 090/11 foram retiradas.

Em votação a Emenda nº 05 ao PLL nº 090/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 06 ao PLL nº 090/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA** por unanimidade.

Em votação o PLL nº 090/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

Agradecemos a presença e apoiamos a luta dos guardadores que nos acompanharam na tarde hoje.

O SR. JOÃO ANTÔNIO DIB (Requerimento): Sra. Presidente, como nós já alteramos a sequência da Ordem do Dia, eu gostaria de submeter à apreciação dos Líderes de Bancada, para ver se podemos votar o Projeto de Lei do Executivo que autoriza a desafetação de uma área e a entrega para o DMAE, na Zona Sul, para o atendimento de serviços, porque é necessária essa autorização para iniciar as obras no local. A área não tem mais nenhuma destinação.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Srs. Vereadores, peço a atenção do Líder do Governo, Ver. João Antônio Dib, e de todos os Líderes partidários. Certamente, nós poderemos encaminhar a inversão da Ordem do Dia, entretanto existe um Projeto, Ver. Bernardino, que precisa passar pela Reunião Conjunta das Comissões hoje, que é a extensão das gratificações dos engenheiros e arquitetos, que foi aprovada pelo Executivo Municipal, mas que precisa ser estendida aos cedidos à Câmara Municipal; precisa passar pela Reunião Conjunta para, até sexta-feira, estar sancionado pelo Prefeito Municipal. Então, nós podemos, inclusive, inverter a Ordem do Dia, entretanto, temos de ter o compromisso de que haja a Reunião Conjunta das Comissões em tempo hábil para que esses trabalhadores não percam um direito, uma conquista que houve na cidade de Porto Alegre e que, certamente, precisa ser estendida aos cedidos.

Então, ao Ver. João Antonio Dib e aos Líderes partidários, eu faço este Requerimento.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Nós gostaríamos de um minuto para tentarmos compor... Se não houver um debate maior, há condições, sim, de nós compormos.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. Bernardino faz um bom encaminhamento. Solicito que os Líderes venham até a Mesa para que possamos definir a ordem dos trabalhos.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Da nossa parte, o Líder do Governo concorda. Nós gostaríamos de colocar em votação, inicialmente, o Projeto que homenageia os corretores de imóveis – 50 anos da entidade –, sem discussões maiores, porque já está acertado.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Antes da Reunião Conjunta das Comissões, Vereador? Mas aí é que vai dar o problema, não vai dar quórum. Teremos problemas com o quórum.

Chamo os Líderes partidários à Mesa.

Agradeço aos Líderes partidários, e aos demais Vereadores. Ver. Dib, a decisão foi entrar na Reunião Conjunta das Comissões, e, após a Reunião Conjunta, imediatamente abriremos uma Sessão Extraordinária para a votação do Projeto que V. Exa. requereu, assim como o dos trabalhadores cedidos à Câmara Municipal.

Solicito que o Ver. Luiz Braz, Presidente da CCJ, presida a Reunião Conjunta das Comissões.

(Suspende-se a Sessão às 16h39min.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Todeschini): (16h54min) Estão reabertos os trabalhos.

Tendo em vista o acordo, encerramos a presente Sessão, e abriremos uma Sessão Extraordinária para correr a pauta prevista, e também para decidir sobre os dois Projetos aprovados na Reunião Conjunta das Comissões.

(Encerra-se a Sessão às 16h54min.)